

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.377.692 - RS (2018/0261793-1)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : ROMI TERESINHA GONCALVES  
**ADVOGADO** : EDUARDO NAIBERT CABRAL - RS072860  
**AGRAVADO** : MARPA CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA  
**ADVOGADOS** : DOLLY DOS SANTOS OUTEIRAL E OUTRO(S) - RS058634  
NATHALIE VANESSA CASTANEDA FURQUIM - RS083943

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por ROMI TERESINHA GONCALVES em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim resumido:

*APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS À MONITORIA.*

*Gratuidade da justiça deferida à apelante pela demonstração de hipossuficiência financeira.*

*Expediente forense diferenciado durante o verão.*

*Inaplicabilidade do artigo 224, § 1º, do Código de Processo Civil. Mantido o reconhecimento da intempestividade dos embargos à monitoria.*

*APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNANIME (e-STJ fl. 204).*

Nas razões do especial, a recorrente alegou que houve ofensa ao § 1º do art. 224 do Código de Processo Civil de 2015, sustentando que os embargos monitorios foram apresentados tempestivamente, pois o último dia do prazo foi encerrado antes do horário normal, sendo, assim, protraído para o primeiro dia útil seguinte.

Assevera que mesmo nos casos em que o Tribunal local, mediante Portaria, altera o horário normal de encerramento do expediente nos meses de janeiro e fevereiro tal norma deve ser observada, pois inexiste previsão de exceção à regra em tal situação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 222/239 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 242/250), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 253/264 (e-STJ).

Impugnação às fls. 272/284 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Diante da relevância do tema versado, impõe-se a conversão do presente agravo em recurso especial, para melhor exame da controvérsia.

**Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo para determinar a sua reautuação como recurso especial.**

À Coordenadoria para as providências cabíveis.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator